

**PEDRAS QUE CONTAM
HISTÓRIAS: PATRIMÔNIO
PRÉ-HISTÓRICO E
CONSTRUÇÃO DA
IDENTIDADE CULTURAL EM
CAMPINA GRANDE**

**STONES THAT TELL STORIES: PREHISTORIC HERITAGE AND THE
CONSTRUCTION OF CULTURAL IDENTITY IN CAMPINA GRANDE**

Ciências Humanas • 21/04/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/776648311](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/776648311)

Matusalém Alves Oliveira

RESUMO

Este artigo analisa o patrimônio pré-histórico da Paraíba, com ênfase na mesorregião do Agreste paraibano e no município de Campina Grande, discutindo sua relevância para a construção da identidade cultural regional. A partir de uma revisão crítica da literatura arqueológica e de estudos de caso envolvendo sítios arqueológicos, museus e parques patrimoniais, o trabalho aborda os processos de ocupação humana pré-colonial, as tradições culturais identificadas e os desafios contemporâneos de preservação e difusão do patrimônio. Considera-se que as evidências arqueológicas líticas, cerâmicas, rupestres, funerárias e paleontológicas constituem elementos centrais da memória social e da identidade coletiva, demandando políticas públicas integradas de conservação, educação patrimonial e acesso ao conhecimento.

Palavras-chave: Patrimônio arqueológico; Pré-história; Identidade cultural; Paraíba.

ABSTRACT

This article analyses the prehistoric heritage of Paraíba, with an emphasis on the Agreste region of Paraíba and the municipality of Campina Grande, discussing its relevance to the construction of regional cultural identity. Based on a critical review of archaeological literature and case studies involving archaeological sites, museums, and heritage parks, the work addresses the processes of pre-colonial human occupation, identified cultural traditions, and contemporary challenges of heritage preservation and dissemination. It is considered that lithic, ceramic, rock art, funerary, and palaeontological archaeological evidence constitutes central elements of social memory and collective identity, requiring integrated public policies for conservation, heritage education, and access to knowledge.

Keywords: Archaeological heritage; Prehistory; Cultural identity; Paraíba.

1. INTRODUÇÃO

O patrimônio arqueológico brasileiro constitui um dos mais relevantes conjuntos de evidências para a compreensão das dinâmicas históricas, sociais e culturais que antecederam a colonização europeia no território atualmente conhecido como Brasil. Esses vestígios materiais, resultantes de processos de ocupação humana milenares, permitem reconstituir trajetórias de grupos pré-coloniais, seus modos de vida, sistemas simbólicos, práticas tecnológicas e relações com o meio ambiente.

Nesse sentido, a arqueologia desempenha papel central não apenas como campo científico, mas também como instrumento de reflexão crítica sobre identidade, memória e pertencimento cultural.] A região Nordeste destaca-se no cenário arqueológico nacional por apresentar uma das maiores concentrações e diversidades de sítios arqueológicos do país. A combinação entre fatores ambientais, como a variedade de biomas Caatinga, Mata Atlântica e zonas de transição, e a longa duração das ocupações humanas favoreceu a preservação de registros materiais expressivos, incluindo sítios rupestres, áreas de produção lítica, contextos cerâmicos, sepultamentos humanos e vestígios paleontológicos.

Esses elementos revelam que o Nordeste foi palco de processos históricos complexos, marcados por continuidades, adaptações e transformações culturais ao longo do tempo. Apesar dessa relevância, a pré-história brasileira ainda enfrenta desafios significativos no que se refere à sistematização e interpretação

integrada de seus dados. Conforme destaca Guidon (1992), grande parte dos estudos arqueológicos no Brasil desenvolveu-se de forma fragmentada, muitas vezes restrita a levantamentos pontuais, o que dificulta a construção de narrativas abrangentes sobre as sociedades pré-coloniais. A autora ressalta a necessidade de abordagens interdisciplinares e de pesquisas de longa duração que articulem evidências arqueológicas, ambientais e etnográficas, permitindo interpretações mais consistentes sobre os modos de vida pretéritos.

No estado da Paraíba, esse quadro revela-se particularmente significativo. A região apresenta um patrimônio arqueológico ainda pouco explorado em comparação com áreas mais consolidadas da pesquisa nacional, como o Parque Nacional da Serra da Capivara, no Piauí. Entretanto, estudos realizados ao longo das últimas décadas têm evidenciado a existência de numerosos sítios arqueológicos distribuídos por diferentes microrregiões do estado, demonstrando que a Paraíba integrou importantes circuitos de ocupação humana desde períodos pré-históricos remotos.

Esses vestígios incluem pinturas e gravuras rupestres, sítios cerâmicos associados a grupos agricultores, oficinas líticas e contextos funerários, os quais constituem fontes fundamentais para a reconstrução da história antiga regional. A região de Campina Grande, situada no Agreste paraibano, insere-se nesse contexto como um espaço estratégico para a análise das relações entre ocupação humana, ambiente e cultura material.

Historicamente reconhecida por sua importância econômica e urbana no período colonial e pós-colonial, Campina Grande e seus arredores também abrigam evidências arqueológicas que remontam a tempos muito anteriores à formação da cidade.

Registros rupestres em áreas rurais, materiais líticos dispersos e coleções museológicas locais indicam a presença de grupos humanos que exploraram os recursos naturais da região de forma sistemática, adaptando-se às condições climáticas e ecológicas do semiárido.

Esses vestígios, contudo, não devem ser compreendidos apenas como objetos do passado distante. O patrimônio arqueológico possui uma dimensão social e política que o conecta diretamente às populações contemporâneas. De acordo com Funari (2003), o patrimônio cultural, incluindo o arqueológico, desempenha papel fundamental na construção das identidades coletivas, na medida em que materializa narrativas sobre a origem e a continuidade histórica dos grupos sociais. Assim, a valorização e a preservação desses bens não se restringem ao campo acadêmico, mas envolvem processos educativos, museológicos e de gestão cultural que dialogam com a sociedade.

Nesse sentido, a arqueologia pública emerge como uma perspectiva teórica e metodológica essencial para repensar a relação entre pesquisa científica e comunidade. Ao propor a democratização do conhecimento arqueológico, essa abordagem busca aproximar os resultados das pesquisas do público não especializado, promovendo o reconhecimento do patrimônio como bem coletivo. No contexto paraibano, museus locais, exposições didáticas e ações educativas têm desempenhado papel relevante na difusão desse conhecimento, ainda que enfrentem limitações estruturais e institucionais.

Outro aspecto fundamental a ser considerado é a relação entre patrimônio arqueológico e identidade cultural.

As narrativas hegemônicas sobre a história do Brasil, tradicionalmente centradas no período colonial, tendem a invisibilizar as populações indígenas pré-coloniais e suas contribuições para a formação cultural do país. A arqueologia, ao evidenciar a longa duração das ocupações humanas no território, contribui para desconstruir essa visão eurocêntrica e reafirmar a pluralidade cultural brasileira. Como argumenta Lima (2000), reconhecer a profundidade temporal das sociedades indígenas é um passo essencial para compreender a complexidade da identidade nacional.

No caso de Campina Grande, a incorporação do patrimônio arqueológico aos discursos sobre a história local pode ampliar significativamente a compreensão da cidade enquanto espaço historicamente construído. Ao invés de ser vista apenas como um polo urbano moderno, a região passa a ser entendida como parte de uma paisagem cultural contínua, marcada por sucessivas ocupações humanas. Essa perspectiva reforça a importância da preservação dos sítios arqueológicos e da documentação sistemática de seus vestígios, sobretudo diante das pressões exercidas pelo crescimento urbano, pela agricultura extensiva e por obras de infraestrutura.

Diante desse panorama, este artigo tem como objetivo reescrever e aprofundar o debate sobre o patrimônio arqueológico da Paraíba, com ênfase na região de Campina Grande, articulando as evidências materiais disponíveis às discussões contemporâneas sobre identidade cultural e função social do patrimônio. Busca-se, assim, integrar dados arqueológicos, reflexões teóricas e iniciativas museológicas, contribuindo para uma abordagem mais abrangente e crítica da pré-história regional. Ao fazê-lo, o estudo pretende não apenas sistematizar informações dispersas, mas também reforçar a

relevância social da arqueologia como campo de produção de conhecimento e de valorização da memória coletiva.

2. PANORAMA DAS PESQUISAS PRÉ-HISTÓRICAS NO NORDESTE BRASILEIRO E NO TERRITÓRIO PARAIBANO

2.1. Ocupações Pré-históricas no Litoral Nordestino

No litoral nordestino, os registros arqueológicos evidenciam ocupações relativamente estáveis, associadas principalmente à exploração intensiva dos recursos aquáticos e costeiros. Entre os sítios mais estudados destacam-se os sambaquis, as estearias e os assentamentos localizados em áreas dunares. Esses contextos revelam formas complexas de interação entre as populações humanas e os ecossistemas marinhos, estuarinos e lagunares.

Os sambaquis constituem um dos tipos de sítios mais emblemáticos da arqueologia costeira brasileira. Formados majoritariamente por acúmulos de conchas, restos faunísticos, sedimentos e artefatos líticos, esses sítios apresentam uma ampla faixa cronológica, geralmente situada entre aproximadamente 3.000 e 1.000 anos antes do presente, embora algumas evidências apontem para ocupações ainda mais antigas.

Longe de serem simples depósitos de resíduos alimentares, os sambaquis devem ser compreendidos como construções intencionais, erguidas ao longo de várias gerações, muitas vezes associadas a práticas funerárias, rituais e formas específicas de organização social. Conforme discutido por Martin (2008), os sambaquis nordestinos revelam sociedades que possuíam profundo conhecimento dos ciclos naturais e das dinâmicas dos ambientes costeiros. A exploração sistemática de peixes, moluscos e crustáceos

indica estratégias de subsistência bem estruturadas, capazes de garantir relativa estabilidade alimentar. Além disso, a presença de sepultamentos humanos nesses sítios sugere que eles desempenhavam funções simbólicas e sociais relevantes, atuando como marcos territoriais e espaços de memória coletiva.

Prous (2006) ressalta que as ocupações costeiras do Nordeste não podem ser interpretadas de forma uniforme, uma vez que apresentam variações significativas de acordo com as condições ambientais locais e os processos históricos específicos de cada área. As estearias, por exemplo, representam uma solução arquitetônica adaptada a ambientes alagadiços, demonstrando a capacidade técnica dessas populações para construir habitações sobre estacas e explorar áreas sujeitas a inundações periódicas. Já os assentamentos em dunas costeiras evidenciam estratégias de ocupação flexíveis, ajustadas às dinâmicas de mobilidade das paisagens arenosas.

2.1.1. A Expansão dos Grupos Ceramistas no Nordeste

A partir de períodos mais recentes da pré-história, observa-se no Nordeste brasileiro a presença e expansão de grupos ceramistas, associados a diferentes tradições arqueológicas. Entre essas tradições, a Tupiguarani destaca-se pela ampla distribuição geográfica e pela relevância de seus vestígios materiais. A dispersão desses grupos está relacionada a transformações significativas nos modos de vida, especialmente no que diz respeito à produção de alimentos e à organização dos assentamentos.

Segundo Martin (2008) e Prous (2006), a tradição Tupiguarani está associada à introdução e consolidação da agricultura de coivara, caracterizada pela derrubada e queima controlada da vegetação

para o cultivo, tendo a mandioca amarga como principal base alimentar. Esse sistema agrícola permitiu uma relativa estabilidade produtiva, ao mesmo tempo em que mantinha certa flexibilidade espacial, já que os solos utilizados se tornavam improdutivos após alguns ciclos de cultivo.

A cerâmica tupiguarani constitui um dos principais indicadores materiais dessa tradição. Caracterizada por formas padronizadas, paredes relativamente finas e decoração elaborada, muitas vezes com motivos geométricos ou pintados, essa produção cerâmica revela elevado domínio técnico e forte carga simbólica. Além de seu uso funcional no preparo e armazenamento de alimentos, a cerâmica também desempenhava papel importante na construção de identidades sociais e na manutenção de tradições culturais compartilhadas.

Os grupos ceramistas tupiguarani apresentavam padrões de assentamento que combinavam mobilidade e permanência. Embora praticassem agricultura, não se tratava de sociedades plenamente sedentárias. A subsistência era complementada por atividades de caça, pesca e coleta, permitindo a ocupação de diferentes ambientes, como áreas costeiras, planaltos e vales fluviais. A circulação ao longo dos grandes rios e do litoral facilitou a difusão de elementos culturais comuns, sem eliminar as especificidades regionais que caracterizam a diversidade interna dessa tradição.

2.1.2. Ocupações no Interior Nordestino e no Semiárido

No interior do Nordeste, especialmente nas áreas de Caatinga, as pesquisas arqueológicas revelam um conjunto igualmente complexo de ocupações pré-históricas, frequentemente associadas

a grupos caçadores-coletores. Esses grupos desenvolveram estratégias adaptativas específicas para lidar com as condições ambientais adversas, marcadas pela irregularidade das chuvas, longos períodos de estiagem e escassez de recursos hídricos. Os sítios arqueológicos do interior incluem abrigos sob rocha, oficinas líticas, áreas de acampamento a céu aberto e locais com registros rupestres.

A indústria lítica encontrada nesses contextos evidencia o uso criterioso das matérias-primas disponíveis, bem como a produção de instrumentos adequados às necessidades cotidianas, como a caça e o processamento de alimentos. A mobilidade desses grupos permitia o aproveitamento sazonal dos recursos, reduzindo os impactos das variações climáticas extremas.

As pinturas e gravuras rupestres constituem um dos aspectos mais marcantes do patrimônio arqueológico do semiárido nordestino. Frequentemente localizadas em abrigos naturais, essas manifestações gráficas apresentam grande diversidade de estilos, temas e técnicas.

Figuras humanas, animais, formas geométricas e cenas de possível caráter ritual sugerem a existência de sistemas simbólicos complexos, cuja interpretação ainda é objeto de debate na literatura especializada. Esses registros não apenas expressam visões de mundo e práticas sociais, mas também indicam a importância desses locais como espaços de sociabilidade e transmissão cultural.

2.1.3. A Pré-história da Paraíba em Perspectiva Regional

No contexto da Paraíba, as pesquisas arqueológicas evidenciam a inserção do estado em dinâmicas regionais mais amplas, ao mesmo

tempo em que revelam características locais específicas. O território paraibano foi ocupado por diferentes populações ao longo da pré-história, cujas trajetórias refletem tanto continuidades quanto transformações culturais.

Nas áreas litorâneas, destaca-se a presença de povos de matriz linguística Tupi, como os Potiguaras e os Tabajaras, amplamente documentados por fontes arqueológicas e históricas. Esses grupos mantinham relações estreitas com os ambientes costeiros e fluviais, estabelecendo aldeias próximas a rios, estuários e áreas de solos férteis. A combinação entre agricultura, pesca e coleta permitia uma base econômica diversificada, favorecendo a circulação de pessoas, bens e conhecimentos.

Além dos grupos Tupi, o interior da Paraíba foi ocupado por populações genericamente denominadas Tapuios, termo empregado pelos colonizadores para designar grupos indígenas não falantes de línguas tupi. Esses povos apresentavam modos de vida distintos, frequentemente associados a maior mobilidade e ao uso diversificado dos recursos do semiárido. Embora o termo “Tapuio” seja problemático do ponto de vista etnológico, ele evidencia a diversidade étnica e cultural existente no território paraibano antes e durante o período de contato com os europeus.

A coexistência, e em alguns casos a interação, entre esses diferentes grupos revela um cenário complexo de relações sociais, trocas culturais e disputas territoriais. Os vestígios arqueológicos indicam que o território paraibano não era isolado, mas integrado a redes mais amplas de circulação e comunicação no Nordeste pré-colonial.

2.1.4. Distribuição dos Sítios e Importância dos Recursos Hídricos

Os sítios arqueológicos identificados na Paraíba apresentam uma distribuição estratégica ao longo das principais redes hidrográficas, incluindo rios perenes e riachos temporários. Essa configuração espacial reforça a importância da água como elemento estruturante das ocupações humanas, especialmente em regiões marcadas por longos períodos de seca.

Materiais cerâmicos, líticos e registros rupestres encontrados nesses sítios constituem fontes fundamentais para a reconstrução das dinâmicas de ocupação e dos processos culturais que moldaram a história antiga do estado. A análise desses vestígios permite compreender como as populações pré-históricas organizaram seus territórios, adaptaram suas práticas produtivas e construíram sistemas simbólicos em diálogo constante com o ambiente.

2.1.5. Desafios e Perspectivas para as Pesquisas Arqueológicas

Apesar dos avanços alcançados nas últimas décadas, o panorama das pesquisas pré-históricas na Paraíba e no Nordeste ainda apresenta lacunas significativas. Muitos sítios permanecem pouco estudados ou carecem de datações absolutas, o que dificulta a elaboração de cronologias mais precisas e comparáveis. Além disso, a pressão exercida por atividades econômicas, como a expansão urbana, a agricultura intensiva e a mineração, representa uma ameaça constante à preservação desse patrimônio arqueológico.

Diante desse cenário, torna-se fundamental fortalecer políticas públicas de proteção, ampliar os investimentos em pesquisa e promover a integração entre arqueologia, educação patrimonial e comunidades locais. A valorização do patrimônio arqueológico não apenas contribui para a preservação dos vestígios materiais, mas

também para o reconhecimento das populações indígenas como protagonistas da história brasileira.

3. O AGRESTE PARAIBANO E CAMPINA GRANDE: REGISTROS, PAISAGEM E MEMÓRIA

A mesorregião do Agreste paraibano ocupa uma posição singular no contexto arqueológico do Nordeste brasileiro, destacando-se pela expressiva concentração de sítios com registros rupestres. Esses vestígios constituem um dos principais testemunhos materiais das populações pré-coloniais que habitaram a região, revelando formas complexas de interação entre grupos humanos, ambiente natural e sistemas simbólicos ao longo do tempo.

Conforme aponta Martin (2008), o Agreste apresenta um conjunto significativo de pinturas e gravuras associadas sobretudo à Tradição Agreste e à Tradição Itacoatiara, evidenciando a diversidade cultural e gráfica dessas manifestações. Os registros rupestres do Agreste paraibano encontram-se distribuídos em diferentes suportes naturais, como matacões graníticos, lajedos expostos, furnas e abrigos sob rocha. Essa variedade de contextos geomorfológicos sugere escolhas intencionais dos grupos produtores, que selecionaram locais específicos para a realização das inscrições, possivelmente relacionados a aspectos simbólicos, rituais ou territoriais.

Os motivos representados incluem formas geométricas recorrentes, figuras antropomorfas estilizadas e representações zoomorfas, compondo um repertório gráfico que, embora apresente padrões regionais, também dialoga com tradições mais amplas do Nordeste (Martin, 2008).

Um aspecto relevante da distribuição desses sítios é sua frequente associação aos chamados brejos de altitude, áreas caracterizadas por maior umidade, presença de recursos hídricos e vegetação mais densa em comparação ao entorno semiárido. Esses ambientes teriam desempenhado papel fundamental na ocupação humana pretérita, funcionando como zonas de refúgio, circulação e permanência. A relação entre registros rupestres e brejos de altitude reforça a hipótese de que tais locais não eram apenas espaços de subsistência, mas também paisagens carregadas de significados sociais e cosmológicos.

Nesse cenário, Campina Grande e seu entorno assumem posição estratégica para a compreensão do patrimônio arqueológico do Agreste paraibano. A região concentra um conjunto expressivo de sítios arqueológicos, além de se constituir como polo urbano que historicamente articulou fluxos econômicos, sociais e culturais no interior do estado. A presença desses vestígios em áreas próximas ou integradas ao espaço urbano contemporâneo evidencia processos de longa duração na construção da paisagem, nos quais diferentes temporalidades se sobrepõem.

Além da relevância arqueológica em si, Campina Grande destaca-se também pela atuação de instituições acadêmicas e de pesquisa que contribuem para o estudo, registro e preservação desse patrimônio. A Universidade Estadual da Paraíba, entre outras instituições, desempenha papel central na formação de pesquisadores, na realização de levantamentos arqueológicos e na produção de conhecimento científico sobre os sítios rupestres da região. Essa atuação institucional favorece não apenas o avanço das pesquisas, mas também a sensibilização da sociedade local quanto à importância da preservação da memória material pré-colonial.

A análise integrada dos sítios arqueológicos do Agreste paraibano permite compreender os registros rupestres como elementos constitutivos de paisagens culturais persistentes. Esses registros não devem ser interpretados isoladamente como simples manifestações artísticas, mas como parte de sistemas simbólicos mais amplos, relacionados à organização do território, às práticas sociais e às formas de percepção do mundo desses grupos humanos. Conforme sugerido por Martin (2008), as tradições rupestres refletem continuidades culturais, bem como processos de transformação e adaptação às condições ambientais e sociais ao longo do tempo.

Do ponto de vista da memória, os registros rupestres atuam como marcas materiais que atravessam gerações, conectando o presente a experiências humanas remotas. Mesmo que os significados originais dessas inscrições não sejam plenamente acessíveis, sua permanência na paisagem confere-lhes um papel fundamental na construção de narrativas sobre o passado regional. Em Campina Grande e no Agreste paraibano, esses vestígios dialogam com outras camadas históricas indígenas, coloniais e modernas compondo um mosaico complexo de memórias e identidades.

Por fim, a valorização do patrimônio rupestre do Agreste paraibano implica reconhecer sua dimensão cultural, científica e social. A preservação desses sítios enfrenta desafios relacionados à expansão urbana, à atividade econômica e à falta de políticas públicas consistentes. Nesse sentido, o fortalecimento das pesquisas acadêmicas, aliado a ações de educação patrimonial e gestão integrada, mostra-se essencial para garantir que os registros rupestres continuem a desempenhar seu papel como testemunhos da longa história de ocupação humana na região de Campina Grande e no Agreste paraibano como um todo.

4. BORBOREMA E SERTÃO: DIVERSIDADE CULTURAL E DESAFIOS DE PESQUISA

As mesorregiões da Borborema e do Sertão paraibano configuram áreas fundamentais para a compreensão da diversidade cultural e dos processos de ocupação humana no interior do Nordeste brasileiro. Apesar de apresentarem características ambientais distintas, ambas compartilham a presença de um patrimônio arqueológico expressivo, ainda que marcado por desigualdades significativas no volume e na sistematização das pesquisas realizadas. Os registros arqueológicos identificados nessas regiões evidenciam múltiplas formas de adaptação humana, práticas simbólicas complexas e dinâmicas territoriais de longa duração.

Na mesorregião da Borborema, os vestígios arqueológicos incluem registros rupestres, sepultamentos e conjuntos de artefatos cerâmicos e líticos, os quais indicam ocupações associadas, sobretudo, a grupos historicamente identificados como Cariris e Tarairiús. Esses grupos, amplamente mencionados nas fontes etno-históricas, desempenharam papel central na configuração cultural do Planalto da Borborema antes e durante o período inicial de contato colonial. A materialidade arqueológica associada a essas populações permite ampliar a compreensão sobre seus modos de vida, estratégias de subsistência e sistemas simbólicos.

Os registros rupestres da Borborema apresentam grande diversidade de estilos gráficos, técnicas de execução e temáticas representadas. Pinturas e gravuras distribuem-se em abrigos sob rocha, lajedos e afloramentos graníticos, compondo paisagens marcadas pela recorrência de signos geométricos, figuras antropomorfas esquematizadas e representações zoomorfas. Essa

diversidade sugere a coexistência de diferentes tradições gráficas ou, alternativamente, a reelaboração contínua de repertórios simbólicos ao longo do tempo, refletindo processos de contato, circulação e transformação cultural.

Outro aspecto relevante da arqueologia da Borborema refere-se às práticas funerárias. Os sepultamentos identificados na região revelam variabilidade quanto à posição dos corpos, ao uso de urnas cerâmicas e à presença de acompanhamentos funerários. Essa diversidade aponta para concepções distintas sobre morte, ancestralidade e pertencimento social, reforçando a ideia de que os grupos que ocuparam a Borborema não constituíam uma unidade cultural homogênea. As evidências funerárias, embora ainda pouco numerosas em termos de escavações sistemáticas, representam um campo promissor para investigações futuras.

As pesquisas arqueológicas na Borborema tiveram início ainda no século XX, com levantamentos pontuais e estudos exploratórios que estabeleceram as primeiras bases interpretativas sobre a região. No entanto, apesar dos avanços alcançados, persistem lacunas significativas, sobretudo no que se refere à distribuição espacial dos sítios, à cronologia absoluta das ocupações e à integração dos dados arqueológicos com informações paleoambientais. Muitas áreas permanecem pouco conhecidas, o que limita a construção de modelos mais abrangentes sobre a dinâmica de ocupação regional.

No Sertão paraibano, o quadro arqueológico apresenta características próprias, fortemente influenciadas pelas condições ambientais do semiárido. Os sítios arqueológicos concentram-se principalmente em áreas próximas à bacia do rio Piranhas-Açu, um dos principais eixos hidrográficos da região. A presença de água,

ainda que sazonal, tornou esses espaços estratégicos para a ocupação humana ao longo do tempo, funcionando como corredores de circulação, áreas de assentamento e locais de realização de práticas simbólicas.

Os registros rupestres do Sertão paraibano incluem, majoritariamente, gravuras executadas em lajedos e afloramentos rochosos, bem como pinturas localizadas em abrigos sob rocha. Esses registros revelam padrões gráficos que dialogam com tradições rupestres amplamente difundidas no Nordeste, ao mesmo tempo em que apresentam particularidades regionais. A escolha dos suportes rochosos e a localização dos sítios sugerem relações estreitas entre os registros simbólicos, a paisagem natural e os recursos disponíveis no entorno.

Apesar de sua relevância científica, o Sertão paraibano permanece como uma das regiões menos investigadas do ponto de vista arqueológico no estado. Grande parte dos estudos realizados está vinculada à arqueologia de contrato, associada a empreendimentos de infraestrutura e obras de impacto ambiental. Embora essas pesquisas tenham contribuído para a identificação de novos sítios e para a ampliação do inventário arqueológico regional, elas nem sempre resultam em análises aprofundadas ou em publicações de amplo acesso acadêmico.

Essa predominância da arqueologia de contrato impõe desafios adicionais à construção do conhecimento arqueológico no Sertão. A fragmentação dos dados, a limitação temporal das pesquisas e a ausência de projetos de longa duração dificultam a elaboração de interpretações mais consistentes sobre a ocupação humana regional. Além disso, a escassez de estudos sistemáticos

compromete a articulação entre os dados arqueológicos e debates teóricos mais amplos, como aqueles relacionados à arqueologia da paisagem, à mobilidade e à territorialidade em ambientes semiáridos.

Tanto na Borborema quanto no Sertão paraibano, os desafios de pesquisa estão diretamente relacionados à necessidade de ampliação dos levantamentos arqueológicos, ao investimento em datações absolutas e à integração interdisciplinar. A articulação entre arqueologia, etno-história, geografia e estudos ambientais mostra-se fundamental para compreender a complexidade das ocupações humanas nessas regiões. Ao mesmo tempo, a valorização do patrimônio arqueológico local depende do fortalecimento de políticas públicas de preservação e da promoção de ações de educação patrimonial junto às comunidades.

Em síntese, a Borborema e o Sertão paraibano revelam um quadro arqueológico marcado pela diversidade cultural e por desafios metodológicos e institucionais significativos. O aprofundamento das pesquisas nessas mesorregiões é essencial para superar lacunas interpretativas e para inserir o patrimônio arqueológico paraibano em debates mais amplos sobre a ocupação pré-colonial do Nordeste brasileiro. Ao reconhecer essas regiões como espaços dinâmicos de produção cultural e simbólica, contribui-se para uma compreensão mais plural e integrada da história indígena no semiárido.

5. MUSEUS E PARQUES COMO MEDIADORES DA IDENTIDADE CULTURAL

Os museus e parques de caráter científico e patrimonial assumem, no contexto contemporâneo, um papel fundamental como

mediadores entre o conhecimento acadêmico e a sociedade. No campo da arqueologia e da paleontologia, essas instituições não apenas preservam acervos materiais, mas também constroem narrativas sobre o passado, contribuindo para a formação de identidades culturais e para a valorização da memória coletiva. Na Paraíba, iniciativas como o Museu de História Natural da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), em Campina Grande, o Museu de Arqueologia de Pilões e o Parque Vale dos Dinossauros, em Sousa, exemplificam diferentes estratégias de preservação, difusão e ressignificação do patrimônio arqueológico e paleontológico regional.

O Museu de História Natural da UEPB destaca-se como um espaço institucional voltado à integração entre ensino, pesquisa e extensão. Seu acervo reúne materiais arqueológicos, paleontológicos e biológicos que permitem ao público compreender processos de longa duração relacionados à ocupação humana e à evolução ambiental do território paraibano. Ao articular exposições permanentes e temporárias, o museu possibilita múltiplas leituras sobre o passado, aproximando saberes científicos de públicos diversos, incluindo estudantes, professores e a comunidade em geral. Essa atuação reforça o papel da universidade como agente social comprometido com a difusão do conhecimento e com a preservação do patrimônio cultural.

De forma complementar, o Museu de Arqueologia de Pilões assume relevância ao valorizar o patrimônio arqueológico em escala local. Inserido em um município de menor porte, esse museu contribui para descentralizar as ações de preservação e divulgação científica, aproximando a população local de sua própria história.

O acervo arqueológico, composto por artefatos líticos, cerâmicos e outros vestígios materiais, funciona como elemento catalisador de processos de reconhecimento identitário, permitindo que a comunidade se perceba como parte de uma trajetória histórica mais ampla. Nesse sentido, o museu atua não apenas como espaço expositivo, mas como local de construção de vínculos simbólicos entre o passado e o presente.

O Parque Vale dos Dinossauros, localizado no município de Sousa, representa uma experiência singular de mediação patrimonial ao articular preservação *in situ*, pesquisa científica e visitação pública. Reconhecido internacionalmente pela presença de pegadas fossilizadas de dinossauros, o parque constitui um importante sítio paleontológico, no qual a paisagem natural é parte integrante do patrimônio preservado. A visitação ao local possibilita ao público observar diretamente os vestígios fossilíferos em seu contexto original, favorecendo uma compreensão mais concreta dos processos geológicos e paleobiológicos que moldaram a região.

Esses diferentes espaços museus e parques compartilham a função de traduzir o conhecimento científico para linguagens acessíveis, promovendo a educação patrimonial e ambiental. Conforme apontam Zaer e Young (2003), os museus de história natural desempenham um papel estratégico na conscientização cultural e ambiental, ao estimularem reflexões sobre a relação entre sociedade, natureza e patrimônio. Ao promoverem exposições interpretativas, atividades educativas e ações de extensão, essas instituições contribuem para a formação de uma consciência crítica acerca da preservação do patrimônio material e imaterial.

No contexto paraibano, a atuação desses museus e parques assume importância ainda maior diante dos desafios históricos relacionados à conservação do patrimônio arqueológico e paleontológico. A expansão urbana, as atividades econômicas e a falta de políticas públicas consistentes representam ameaças constantes a esses bens culturais. Nesse cenário, os espaços museológicos funcionam como instâncias de resistência e salvaguarda, ao registrar, documentar e expor materiais que, de outra forma, poderiam ser perdidos ou descaracterizados.

Além da preservação física dos acervos, os museus e parques contribuem para a democratização do conhecimento científico. Ao possibilitar o acesso gratuito ou facilitado às exposições, essas instituições ampliam o alcance das informações produzidas no meio acadêmico, rompendo barreiras sociais e geográficas. Essa democratização é fundamental para que o patrimônio seja reconhecido como um bem coletivo, e não restrito a especialistas ou a círculos acadêmicos específicos.

Outro aspecto relevante diz respeito ao fortalecimento da identidade cultural local e regional. Ao evidenciar a singularidade do patrimônio arqueológico e paleontológico da Paraíba, museus e parques reforçam sentimentos de pertencimento e valorização do território. A narrativa construída nesses espaços contribui para ressignificar o passado, integrando-o às experiências contemporâneas das comunidades. Assim, a identidade cultural deixa de ser compreendida como algo estático, passando a ser vista como um processo dinâmico, continuamente reelaborado a partir do diálogo entre memória, ciência e sociedade.

Do ponto de vista da pesquisa acadêmica, essas instituições também desempenham papel estratégico ao funcionarem como centros de apoio a estudos científicos. O acondicionamento adequado dos acervos, a sistematização das informações e a possibilidade de acesso por pesquisadores favorecem a produção de novos conhecimentos e a revisão de interpretações anteriores. A interação entre museus, universidades e órgãos de preservação fortalece redes de pesquisa e amplia a visibilidade do patrimônio paraibano em contextos nacionais e internacionais.

Por fim, a consolidação dos museus e parques como mediadores da identidade cultural depende do investimento contínuo em políticas públicas, formação de profissionais especializados e envolvimento das comunidades locais. A participação social nas ações de preservação e difusão patrimonial é essencial para garantir a sustentabilidade dessas iniciativas. Ao reconhecer museus e parques como espaços vivos de produção de sentidos, contribui-se para uma abordagem mais inclusiva e participativa do patrimônio cultural.

Em síntese, o Museu de História Natural da UEPB, o Museu de Arqueologia de Pilões e o Parque Vale dos Dinossauros exemplificam como museus e parques podem atuar como mediadores eficazes entre ciência e sociedade. Alinhados às reflexões de Zaer e Young (2003), esses espaços demonstram que a preservação e a difusão do patrimônio arqueológico e paleontológico são fundamentais para a construção da memória coletiva, a democratização do conhecimento e o fortalecimento da identidade cultural na Paraíba.

5.1. Considerações Críticas e Limitações

A análise desenvolvida ao longo deste trabalho permitiu evidenciar a relevância do patrimônio pré-histórico da Paraíba como elemento estruturante da memória social e da identidade cultural regional. Ao articular dados provenientes de pesquisas arqueológicas, reflexões teóricas e experiências museológicas, foi possível compreender que os vestígios materiais do passado líticos, cerâmicos, rupestres, funerários e paleontológicos não constituem apenas registros científicos, mas também recursos simbólicos fundamentais para a construção de narrativas históricas mais inclusivas e plurais. Nesse sentido, as considerações finais aqui apresentadas assumem caráter crítico, ao mesmo tempo em que reconhecem as limitações inerentes ao escopo e às condições de produção deste estudo.

Um primeiro aspecto a ser destacado diz respeito à centralidade da arqueologia como campo de conhecimento capaz de tensionar narrativas históricas tradicionais. Ao evidenciar a longa duração das ocupações humanas no território paraibano, o estudo contribui para deslocar o foco exclusivo do período colonial, frequentemente privilegiado nos discursos historiográficos e educacionais. Essa ampliação temporal permite reconhecer a complexidade das sociedades indígenas pré-coloniais, suas estratégias de adaptação ambiental, suas práticas simbólicas e suas formas de organização social.

Contudo, essa mesma centralidade evidencia um desafio recorrente: a dificuldade de integrar de forma efetiva os resultados das pesquisas arqueológicas aos currículos escolares, às políticas culturais e aos imaginários coletivos. A abordagem adotada neste trabalho reforça a compreensão do patrimônio arqueológico como um bem socialmente construído.

Os sítios arqueológicos, os acervos museológicos e os parques patrimoniais analisados não possuem significado intrínseco ou estático; ao contrário, seus sentidos são continuamente negociados entre pesquisadores, instituições, gestores públicos e comunidades locais. Essa constatação conduz a uma reflexão crítica sobre os processos de patrimonialização, que nem sempre contemplam a diversidade de atores envolvidos ou consideram as desigualdades de acesso ao conhecimento e à tomada de decisões. Assim, embora os museus e parques estudados desempenhem papel relevante como mediadores culturais, sua atuação ainda enfrenta limites estruturais, financeiros e institucionais.

No que se refere especificamente ao contexto paraibano, a pesquisa evidenciou uma distribuição desigual dos estudos arqueológicos no território estadual. Enquanto algumas regiões, como o Agreste e áreas específicas do Sertão, apresentam maior volume de levantamentos e publicações, outras permanecem pouco conhecidas do ponto de vista científico. Essa assimetria compromete a construção de uma visão integrada da pré-história estadual, dificultando comparações regionais mais consistentes e a formulação de modelos interpretativos abrangentes.

Trata-se de uma limitação que não decorre apenas das escolhas teóricas dos pesquisadores, mas também de fatores estruturais, como a disponibilidade de recursos, a concentração de instituições de pesquisa e as demandas impostas por empreendimentos econômicos. Outro ponto crítico refere-se à predominância da arqueologia de contrato em determinadas áreas, especialmente no Sertão paraibano. Embora essa modalidade de pesquisa tenha contribuído para a identificação e o registro de numerosos sítios arqueológicos, ela frequentemente se desenvolve sob prazos

restritos e com foco na mitigação de impactos, o que pode limitar análises mais aprofundadas e interpretações de longo prazo. A fragmentação dos dados e a dificuldade de acesso a relatórios técnicos reduzem o potencial desses estudos para alimentar debates acadêmicos mais amplos e ações educativas voltadas à sociedade.

No âmbito metodológico, este trabalho baseou-se predominantemente em revisão bibliográfica e análise de estudos de caso previamente documentados. Essa opção, embora adequada aos objetivos propostos, impõe limites à incorporação de dados inéditos provenientes de pesquisas de campo. A ausência de escavações arqueológicas ou de levantamentos empíricos diretos restringe a possibilidade de aprofundar discussões cronológicas, tecnológicas e contextuais. Ainda assim, a sistematização crítica de informações dispersas mostrou-se relevante para evidenciar padrões, lacunas e potencialidades da pesquisa arqueológica na Paraíba.

A discussão sobre identidade cultural, central neste estudo, também demanda uma abordagem crítica. Embora o patrimônio arqueológico seja frequentemente mobilizado como elemento de fortalecimento identitário, é necessário reconhecer que as identidades são processos dinâmicos, marcados por disputas, silenciamentos e assimetrias de poder. A apropriação do passado pré-colonial por discursos institucionais ou turísticos pode, em alguns casos, simplificar ou romantizar realidades históricas complexas. Dessa forma, a valorização do patrimônio deve ser acompanhada de reflexões éticas sobre quem produz as narrativas, quais vozes são privilegiadas e quais permanecem marginalizadas.

No que diz respeito aos museus e parques analisados, observa-se que, apesar de sua importância como espaços de mediação entre ciência e sociedade, ainda existem desafios relacionados à continuidade das ações educativas, à formação de profissionais especializados e à manutenção dos acervos. A dependência de recursos públicos e a instabilidade das políticas culturais afetam diretamente a capacidade dessas instituições de desenvolver projetos de longo prazo. Além disso, a participação das comunidades locais nos processos decisórios ainda se mostra limitada, o que pode comprometer o sentimento de pertencimento e a apropriação social do patrimônio.

Outro limite relevante refere-se à articulação interdisciplinar. Embora a arqueologia dialogue com áreas como a história, a geografia, a antropologia e as ciências ambientais, essa integração nem sempre se concretiza de forma sistemática. A compreensão plena das ocupações humanas pré-históricas exige a combinação de diferentes perspectivas analíticas, capazes de relacionar dados materiais, contextos ambientais e dinâmicas sociais. A ausência ou fragilidade dessas articulações constitui um obstáculo para interpretações mais abrangentes e refinadas.

Do ponto de vista das políticas públicas, o estudo evidencia a necessidade de estratégias integradas de preservação e gestão do patrimônio arqueológico. A legislação existente, embora reconheça o valor desses bens, nem sempre é efetivamente aplicada, seja por falta de fiscalização, seja por carência de recursos técnicos e humanos. A proteção dos sítios arqueológicos permanece vulnerável diante da expansão urbana, da agricultura intensiva e de grandes obras de infraestrutura. Essa realidade reforça a urgência de políticas que conciliem desenvolvimento econômico e preservação cultural.

Apesar das limitações identificadas, este trabalho contribui para o debate ao reafirmar a importância social da arqueologia e do patrimônio pré-histórico na Paraíba. Ao integrar diferentes escalas de análise regional, local e institucional, a pesquisa evidencia que a valorização do passado pré-colonial não se resume à conservação de vestígios materiais, mas envolve processos educativos, identitários e políticos. O reconhecimento desse patrimônio como bem coletivo constitui passo fundamental para a construção de uma sociedade mais consciente de sua diversidade histórica e cultural.

Como perspectiva futura, destaca-se a necessidade de ampliar pesquisas de campo, investir em datações absolutas e fortalecer redes de colaboração entre instituições acadêmicas, órgãos de preservação e comunidades locais. A incorporação de tecnologias digitais, como bancos de dados georreferenciados e plataformas de divulgação científica, também pode contribuir para a democratização do acesso ao conhecimento arqueológico.

Além disso, ações de educação patrimonial contínuas e participativas mostram-se essenciais para garantir a sustentabilidade das iniciativas de preservação. Em conclusão, as considerações críticas aqui apresentadas reforçam que o patrimônio pré-histórico da Paraíba constitui um campo fértil para investigações científicas e reflexões sociais. Reconhecer suas potencialidades e limitações é condição indispensável para avançar na construção de abordagens mais integradas, éticas e socialmente comprometidas.

Ao situar a arqueologia como prática científica e social, este estudo reafirma a relevância de pensar o passado não como algo distante e encerrado, mas como dimensão ativa na construção das

identidades, das memórias e dos projetos de futuro da sociedade paraibana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, R. T. **Arqueologia do Cariri Paraibano**. João Pessoa: UFPB, 1979.

AMARAL, M. L. **Pinturas rupestres da Tradição Agreste**. Recife: UFPE, 2015.

DANTAS, B. et al. **Povos indígenas da Paraíba**. João Pessoa: UFPB, 1992.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **Arqueologia**. São Paulo: Contexto, 2003.

GUIDON, Niède. **A pré-história do Brasil**. 2. ed. São Paulo: UNESP, 1992.

LIMA, Tânia Andrade. **Arqueologia histórica no Brasil**. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, n. 10, p. 3–21, 2000.

MARTIN, Gabriela. **Pré-história do Nordeste do Brasil**. 4. ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2008.

PROUS, André. **Arqueologia brasileira**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2006.

SANTOS, J. S. et al. **Museus, patrimônio e educação**. *Revista de Arqueologia*, 2022.

ZAER, Peter; YOUNG, Louise. **Museus de história natural e educação ambiental.** São Paulo: Annablume, 2003.